



Índice

- 01** [Questões Indígenas: CNA denuncia tentativa de desestabilização do Estado de Direito](#)
- 02** [Em encontro de culturas, índios e quilombolas debatem dificuldades de manter seus costumes](#)
- 03** [Procura de registro civil por indígenas cresce em Amambai](#)
- 04** [Terras indígenas](#)
- 05** [Índios de Dourados participam de capacitação](#)
- 06** [O projeto que pretende alterar o uso das terras indígenas](#)
- 07** [FPA pressiona Planalto para Dilma receber produtores e suspender demarcações indígenas](#)
- 08** [Aproveitamento de recursos hídricos poderá gerar renda para indígenas](#)
- 09** [Famasul: arrendamento não é solução viável](#)
- 10** [SP – II Semana Tupã em Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas, 6 a 10/8/2013](#)



Questões Indígenas: CNA denuncia tentativa de desestabilização do Estado de Direito
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 29.07.2013

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) denuncia uma tentativa de desestabilização do setor produtivo rural, tendo por pretexto a causa indígena. Militantes ideológicos, que aparelharam a Funai e se associaram ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a ONGs nacionais e estrangeiras, estimulam os índios a invadir terras produtivas, devidamente tituladas – algumas há mais de um século. Provocam conflitos que, além de levar insegurança ao setor mais produtivo da economia brasileira, instalam um ambiente de ódio e confronto entre brasileiros.

Os produtores rurais não desrespeitam os direitos dos índios, mas, ao contrário, estão tendo os seus desrespeitados. As invasões têm sido sistemáticas, a partir de ação da Funai, que, ao arrepio da lei, decide de maneira autocrática que terras serão demarcadas, ignorando os direitos do produtor rural e a segurança de sua família e empregados.

O setor agropecuário tem, hoje, peso extraordinário na economia do país. Acumula recordes de produtividade, usando menos terra e unindo produção com preservação. Cresceu, no último trimestre, 9.7%, enquanto o PIB como um todo avançou 0.6%. Em relação ao mesmo trimestre de 2012, o crescimento foi de 17%.

É essa presença na vida econômica e social do país que faz com que a CNA seja recebida com frequência no Palácio do Planalto, para discutir questões nacionais, como o recém-lançado Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014. Esta agenda propositiva não se confunde com a presente crise indígena – que, inclusive, é de natureza judicial.

O clima instalado, se não for imediatamente revertido, prenuncia novos e dramáticos confrontos de consequências imprevisíveis.

O que está em pauta vai bem além de infrações pontuais à lei. É o Estado democrático de Direito que está sendo contestado, de dentro do próprio Estado. Não será com declarações que desafiam a lei, a ordem e o bom senso que problema dessa magnitude será resolvido. A lei precisa ser e será cumprida.

A posição da CNA a respeito das demarcações de terras indígenas é conhecida: total respeito às decisões da Justiça, em todas as suas instâncias. Essa é a orientação aos nossos associados. Queremos a paz no campo, o que só virá com segurança jurídica e respeito ao direito de propriedade. E ainda:

- imediata suspensão dos processos de demarcação em curso até o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal dos embargos de declaração contra a decisão em que foram fixadas as condicionantes no caso Raposa Serra do Sol, para que todos os Poderes tenham uma orientação única sobre os procedimentos de ampliação ou criação de terras indígenas;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2013

Brasília, 30 de julho de 2013.

- revalidação da Portaria AGU 303/2012, com aplicação obrigatória das 19 condicionantes do caso Raposa Serra do Sol, enquanto o STF não julga os recursos pendentes;
- indenização não apenas das benfeitorias, mas também das terras legalmente tituladas tomadas dos produtores rurais.

A CNA apoia a iniciativa de construção de uma nova política indigenista, submetida não apenas à Funai, mas também a outros ministérios e órgãos do governo federal. É inconcebível que questão deste porte fique ao arbítrio de um único órgão, aparelhado por uma militância associada a objetivos ideológicos e comerciais, alheios ao interesse nacional.

Brasília, 5 de junho de 2013

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Fonte: CNA



Em encontro de culturas, índios e quilombolas debatem dificuldades de manter seus costumes

SÍTIO INFOSAJ, 29.07.2013

Durante o 13º Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, entre 19 e 27 de julho, na Vila de São Jorge, município de Alto Paraíso de Goiás, cerca de 70 lideranças de comunidades tradicionais do Cerrado trataram das dificuldades que enfrentam para manter preservados seus modos de vida e o ambiente que ocupam. O Segundo Encontro Regional da Rede Cerrado reuniu povos tradicionais de Goiás e do Distrito Federal. Comunidades – quilombolas, indígenas, pequenos agricultores, extrativistas, geraizeiros (populações tradicionais que vivem no Norte de Minas), ribeirinhos e vazanteiros (que produzem na época das vazantes dos rios).

César Victor, membro da coordenação da Rede Cerrado, explica que a rede envolve entidades da sociedade civil protetoras do Cerrado. São movimentos sociais preocupados com questões sócio-ambientais e que podem trabalhar em integração, lutando para que as políticas públicas visem a exploração sustentável do bioma. A rede foi criada durante a Eco 92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 1992.



Procura de registro civil por indígenas cresce em Amambai

SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 29.07.2013

O Cartório do 2º Ofício - Tabelionato Albuquerque de Amambai abriu as portas nesta segunda-feira (29) com uma grande fila de espera composta, na sua maioria, por indígenas que esperavam para encaminhar pedido para confecção de registro civil.

O aumento na demanda vem sendo gerado devido à mudança nos órgãos que deixaram de aceitar o Rani (Registro Administrativo de Nascimento Indígena), documento expedido pela Funai (Fundação Nacional do Índio) e agora exigem um documento oficial expedido pela comarca.

Para que o documento seja autenticado, é necessário que o indígena leve além do Rani, a carteira de trabalho, ou o CPF (Certidão de Pessoa Física), cópia do livro da Funai e duas testemunhas que já obtiveram o registro civil.

A oficial substituta, que atende no tabelionato, Luzia Ferreira, conta que por dia são feitos apenas seis registros civis, estes que são encaminhados no período matutino e entregues no final da tarde. "Não é possível fazer mais que seis, pois se não estipularmos um número, passaremos o dia todo em função destes e deixaremos os outros procedimentos de lado", conta ela.

O tabelionato funciona de segunda a sexta-feira e realiza serviços de atendimento de óbito, registro de recém-nascidos, reconhecimento e autenticação, mais informações podem ser adquiridas pelo número (67) 3481-1003.



Terras indígenas

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 29.07.2013

Por que índios não poderiam explorar a terra para ajudar a eles mesmos?

Fonte: Agência da Notícia com Mídia News

A Constituição brasileira de 1988 diz que terra indígena é aquela em que ele habita para sobreviver. E diz ainda que ela precisa ser demarcada. Para isso a Funai contrata um antropólogo e põe ainda técnicos do órgão para fazerem pesquisas sobre a terra a ser demarcada e também estudos complementares.

Aí inclui tudo que possa mostrar que aquele território é ou foi daquela tribo. O trabalho é publicado no Diário da União para conhecimento e contestação de terceiros por um prazo determinado em lei. Ninguém ganha na Justiça essa disputa.

Tem a Constituição ao lado do índio e mais trabalhos antropológicos mostrando que a terra é ou foi sua no passado. Os que estão ali são invasores, devem sair. Existem no Brasil 608 lugares considerados como terras indígenas. São 109 milhões de hectares ou 1.1 milhões de quilômetros quadrados ou 13% do território nacional. Tudo isso para algo como 500 mil índios. A cidade de São Paulo, mostra uma fonte, tem 0,018% do território nacional para mais de 12 milhões de habitantes.

Nos EUA os índios possuem 22 milhões de hectares ou 2.3% do território nacional, aqui são 13%. A maior parte dessas áreas está na Amazônia Legal (98%). Roraima tem 87% como área indígena, MT

20.1% ou 188 mil quilômetros quadrados. Com tanta terra os índios têm péssimas condições de vida. A expectativa de vida deles é 20 anos menor do que a dos outros brasileiros. A mortalidade infantil entre eles é o dobro da média nacional. A subnutrição atinge mães e suas crianças.

Por que os índios com tanta terra não poderiam explorá-la para ganhar dinheiro para ajudar a eles mesmos? A Constituição diz que o índio é apenas usufrutuário da Terra, ela é da União. Ele não pode arrendar sua terra para um vizinho plantar soja, por exemplo. Somente ele poderia explorá-la.

Nos EUA os índios usam as reservas indígenas para ganhar dinheiro e ter uma vida digna.

Abriram cassinos, casa de bingos, hotéis para turistas, vendem bebidas. Aqui a lei empurra o índio a continuar miserável. Existe tentativa para alterar a lei para que ele possa arrendar parte de sua terra. O restante serviria para caça e pesca e outras ações próprias de sua cultura. Será que não daria para que, em alguns lugares, eles pudessem até explorar jogos e turismo?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2013

Brasília, 30 de julho de 2013.

Não sei se vai chegar a tudo isso, mas há sinais de mudanças no ar. É por isso que os índios andam fazendo manifestações pelo Brasil todo.

Está na Câmara dos Deputados uma proposta que alteraria parte da Constituição Federal na questão da terra indígena. Permitiria passar estradas, oleodutos, ferrovias, linhas de transmissão. Permitiria que fossem arrendadas a terceiros e até mesmo fazer reforma agrária nelas.

Outra alternativa que o governo encontrou foi tirar da Funai o poder de sozinha dizer o que é terra indígena. Agora se devem ouvir outros ministérios e até a Embrapa.



Índios de Dourados participam de capacitação
SÍTIO O PROGRESSO, 29.07.2013

Eles participaram de atividade que tratou sobre plantio da mandioca e horta orgânica

Um grupo com 16 índios das aldeias Bororó e Jaguapiru, de Dourados, esteve presente na tarde desta sexta-feira (26) no Pavilhão de Eventos Dom Teodardo Leitz, durante o Fórum Regional de Desenvolvimento, na cidade, para participar de capacitações sobre o plantio de mandioca e a horta orgânica.

Segundo a agente em indigenismo da Funai, Luciana Ribeiro, os trabalhos em ambas as terras está começando a se voltar para o cultivo orgânico. Para ela, estas capacitações são importantes para orientá-los ainda mais. "Desta forma, os indígenas mantêm a tradição de produzir o próprio alimento e ainda garantem renda; com segurança alimentar", destaca.

Edite Martins, de 58 anos, que sempre viveu na comunidade, cultivando principalmente mandioca, abacaxi e banana, afirma ter adquirido mais conhecimento sobre o plantio de orgânicos. "Tenho certeza de que não só eu, como todos nós gostamos do dia de hoje", diz.

Durante dois dias, o Fórum Regional de Desenvolvimento – Circuito Centro Sul – levou a Dourados palestras de Inovação, produção no campo, dicas para melhorar a empresa, eficiência energética, gestão e logística, além de talk show sobre empreendedorismo feminino, Mostra de Franquias, Rodada de Negócios, Espaço Qualidade de Vida; entre outras atividades direcionadas à agricultura familiar, indústria, comércio, serviço e construção civil.



O projeto que pretende alterar o uso das terras indígenas

SÍTIO ADVIVO, 29.07.2013

Dados do TSE indicam que nove dos 17 deputados federais que assinaram o projeto receberam investimentos de ao menos seis dos maiores grupos empresariais

Renato Santana, de Brasília (DF)

Ao menos seis dos maiores grupos empresariais nacionais e estrangeiros da rede do agronegócio, mineração e da indústria de armamentos investiram R\$ 1 milhão 395 mil nas campanhas eleitorais – 2010 - de nove dos 17 deputados federais que assinaram o PLP 227. Os dados são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - confira abaixo a lista completa de doadores das campanhas dos 17 parlamentares autores do PLP 227.

Outras dezenas de empresas e multinacionais de grãos, agrotóxicos, frigoríficos, mineradoras e construtoras estão também figuradas entre as principais doadoras dos parlamentares que assinaram o PLP 227. Em tempos onde integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária denunciavam supostos interesses escusos de organizações indigenistas e ONG's ambientais, sem nunca denominar quais, as cifras demonstram na prática quem tem que se explicar em matéria de interesses.

O PLP 227, em tramitação e gestado no ano passado, pretende criar lei complementar ao artigo 231 da Constituição Federal – “Dos Índios” – apontando exceções ao direito de uso exclusivo dos indígenas das terras tradicionais, em caso de relevante interesse público da União. Dentre as tais exceções, conforme o PLP 227, está a exploração dos territórios indígenas pela rede do agronegócio, empresas de mineração, além da construção de empreendimentos ligados aos interesses das esferas de governo – federal, estadual e municipal.

Sendo assim, a aprovação do PLP 227 interessa diretamente setores empresariais nacionais e internacionais, que vêm nas terras indígenas campo fértil e promissor para a exploração de suas áreas produtivas, atreladas massivamente às commodities. Esses grupos comerciais financiaram parte ou o total das campanhas políticas dos parlamentares que propuseram o PLP 227. Como diz o ditado, quem paga a orquestra diz qual é a música a ser tocada. A prática não prova o contrário, a observar que os 17 deputados federais são conhecidos opositores dos direitos indígenas em suas atividades parlamentares e profissionais.

A multinacional estadunidense Cosan, produtora de biocombustíveis e que mantinha usinas de cana em terras indígenas no Mato Grosso do Sul, investiu R\$ 150.000,00 nas campanhas eleitorais de Luiz Carlos Heinze (PP/RS), franco opositor das demarcações de terras indígenas, Giovanni Queiroz (PDT/PA), latifundiário paraense, Roberto Balestra (PP/GO), grande proprietário de terras no centro-oeste, e Moreira Mendes (PSD/RO), relator do PLP 227 e também latifundiário com interesses econômicos voltados ao agronegócio.

CONT.



Porém, essa é apenas a ponta do iceberg. A multinacional JBS, maior frigorífico do mundo notificado em 2011 pelo Ministério Público Federal (MPF) por comercializar animais criados na Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante, despejou nos cofres das campanhas eleitorais R\$ 420.000,00. A Gerdau, cujo proprietário, Jorge Gerdau, ganhou em 2011 um gabinete bem ao lado da sala da presidente Dilma Rousseff para aconselhar o governo, investiu R\$ 160.000,00.

Já a Seara, do grupo internacional Marfrig, dos mais destacados na rede do agronegócio, R\$ 75.000,00. A Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições doou 230.000,00. A holandesa Bunge, gigante mundial do agronegócio fundada no século XIX e que chegou ao Brasil na segunda década do século XX, depositou nos deputados do setor R\$ 360.000,00.

Os reais interessados

Tornou-se comum, no Congresso Nacional, parlamentares ruralistas, ligados às redes do agronegócio e latifúndio, tomarem uso da palavra nas tribunas da Câmara e Senado federais para atacar organizações indigenistas e ONGs ambientais. As acusações são homogêneas e se concentram em supostos interesses escusos, por vezes ligados a grupos internacionais, que ameaçam a soberania nacional e o desenvolvimento do país.

O último a vociferar tais acusações foi o deputado federal Moreira Mendes (PSD/RO), beneficiado com recursos da indústria de armas, Cosan e JBS. O parlamentar se indignou com um dia de combate ao PLP 227 nas redes sociais, afirmando que recebeu mais de 200 mensagens acusando-o de querer o fim do artigo 231 da Constituição. Chamou os manifestantes de “agourentos” e se referiu a organizações indigenistas e ONG’s como detentoras de interesses escusos. Não apontou quais interesses seriam. A senadora Kátia Abreu (PSD/TO) também já adotou tal recurso de oratória, inúmeras vezes, relacionando organizações indigenistas, Funai e Ministério Público Federal (MPF) como símbolos dos batidos interesses ocultos.

Para os mais exaltados, é até mesmo o caso de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o que, ou quem, está por trás das demarcações de terras indígenas. Vale tudo no jogo de interesses, muito longe de ser apenas das empresas financiadoras das campanhas. Paulo César Quartiero (DEM/RR) era um dos rizicultores, os chamados arroteiros, que detinha área dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O parlamentar chegou a ser preso pela Polícia Federal acusado de comandar um ataque a tiros contra comunidade indígena.



FPA pressiona Planalto para Dilma receber produtores e suspender demarcações indígenas

SÍTIO REPORTER NEWS, 29.07.2013

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) vai solicitar uma audiência com a presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto para debater a retirada dos produtores rurais para criação de terras indígenas.

A ideia é definir a inclusão da Embrapa e dos Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Agrário entre os órgãos federais a serem consultados junto com a Funai sobre processos demarcatórios.

Representantes da Embrapa chegaram a ser convidados para participar de audiência pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento regional e Amazônia da Câmara Federal, mas não compareceram, como explica o presidente da Comissão, deputado Jerônimo Goergen, do PP do Rio Grande do Sul.

“Embrapa não foi por determinação do Palácio. Isso demonstra uma fragilidade destes anúncios que o governo vem fazendo. Queremos que a presidente receba os produtores rurais assim como tem feito com os indígenas”, afirma o parlamentar.

Outro ponto defendido pelos membros da FPA é a regulamentação do artigo 231 da Constituição, que fixa um marco legal em relação à Constituição de 1988 e determina regras para a criação de novas reservas.

Representantes 19 de tribos foram recebidos no dia 10 de julho pela presidente Dilma no planalto. Os grupos pressionaram o governo por causa do anúncio feito pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, de que os processos demarcatórios seriam suspensos nos estados do sul. Apesar da pressão, o governo decidiu manter a decisão de alterar o processo de de

Por: Vinícius Tavares

Fonte: AgroOlhar



Aproveitamento de recursos hídricos poderá gerar renda para indígenas

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 29.07.2013

Está pronta para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta que altera a Constituição Federal para assegurar aos indígenas participação nos resultados do aproveitamento de recursos hídricos em suas terras (PEC 76/2011).

Hoje, já são reconhecidos aos índios os direitos de posse permanente das terras que ocupam e de usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Quanto à participação na exploração dos recursos, a Constituição garante apenas o direito a resultados obtidos com as riquezas minerais.

O autor, senador Blairo Maggi (PR-MT), explica que no caso da implantação de hidrelétricas em terras indígenas, por exemplo, "não há garantia explícita da participação dos índios nos resultados de tal exploração".

Ele acrescenta que essa lacuna tem gerado divergências na interpretação da norma constitucional e insegurança jurídica para as comunidades. Para o parlamentar, se a Constituição concede aos índios usufruto exclusivo das riquezas dos rios e dos lagos existentes em suas terras, é justo que haja compensação caso sejam privados do livre acesso a essas águas.

"Como justificar, por exemplo, que a construção de uma usina hidrelétrica gere riquezas para o país e não beneficie, de algum modo, as populações tradicionais diretamente afetadas?", questiona Blairo Maggi.

O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apoia a proposta e questiona, em seu relatório, que "se as comunidades têm direito à participação no resultado da lavra mineral, por que também não teriam esse direito em relação ao aproveitamento dos recursos hídricos?". "Ambas as atividades podem impactar fortemente as comunidades", observa.

Raupp lembra que, na construção de hidrelétricas em área de exploração agrícola, por exemplo, é feita a desapropriação da terra e as famílias de agricultores são transferidas e compensadas.

"Quando isso ocorre em terras indígenas – pondera o senador – não há a possibilidade de desapropriação, sendo necessária a compensação, por meio da participação nos resultados da exploração". Ele considera necessário explicitar o direito na Constituição, para evitar divergências de interpretações e insegurança jurídica.

A PEC 76/2011 prevê, para o aproveitamento dos recursos hídricos, a mesma exigência constitucional já prevista para exploração de riquezas minerais em terras indígenas, ou seja, autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2013

Brasília, 30 de julho de 2013.

Após o exame na CCJ, a matéria segue para dois turnos de votação em Plenário, para depois ir à Câmara dos Deputados.

Agência Senado



Famasul: arrendamento não é solução viável

SÍTIO RURAL BR, 29.07.2013

Sugestão integra relatório que será enviado ao ministro do STF Joaquim Barbosa

Durante reunião ocorrida no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ/MS), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado (Sistema Famasul) defendeu que o arrendamento não é uma solução viável para resolver os problemas e tensões referentes às demarcações de terras sul-mato-grossense.

A sugestão, do governo federal, integra o relatório com outras alternativas que foram analisadas pela comissão criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que deverá ser entregue ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa, até o dia 30 de julho.

O desembargador do TJ/MS, Sérgio Fernandes Martins, afirma que a proposta de arrendamento não seria uma solução definitiva para o problema. De acordo com o advogado da Famasul, Gustavo Passarelli, os produtores rurais não concordam com o arrendamento, uma vez que os valores pagos no aluguel serão abatidos ao final do processo.

– A medida proposta é paliativa e não resolve o problema, coloca os indígenas em posse da terra invadida e é economicamente inviável para o produtor – afirmou Passarelli.

De acordo com o coordenador do Comitê Executivo do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ, Rodrigo Rigamonte, o governo federal disponibilizou, por meio de uma emenda prevista no Orçamento Geral da União, R\$ 50 milhões para compra das terras invadidas.

– O valor é insuficiente, mas tentaremos aporte de recurso ano a ano – afirmou Rigamonte.

Da reunião, ocorrida no dia 24, participaram, além do coordenador do comitê, Rodrigo Rigamonte, membros do TJ/MS, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, da Advocacia-Geral da União (AGU), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos, além de líderes indígenas e representantes dos produtores rurais.

FAMASUL



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2013

Brasília, 30 de julho de 2013.

SP – II Semana Tupã em Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas, 6 a 10/8/2013

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 29.07.2013



O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, instituição da Secretaria de Estado da Cultura, administrada em convênio com a ACAM Portinari, promoverá de 6 a 10 de agosto de 2013 a "II Semana Tupã em Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas". As atividades propostas têm como objetivo ampliar as reflexões sobre os assuntos indígenas na atualidade, além de aproximar a comunidade tupãense e de outros municípios da cultura indígena, em especial dos habitantes das terras indígenas (T.I.) Vanuíre e Icatu, povos de origem Kaingang, Krenak e Terena.

Informações: (14) 3491-2333

Entrada: gratuita